

Aos Motoristas dos transportes rodoviários de mercadorias

Sobre o Acordo Governo/Patrões do Sector

O Sector do Transporte de Mercadorias enfrenta uma crise real. Uma crise originada pela recessão e quebra da actividade económica, fruto das políticas que o Governo (com o acordo do PSD e do CDS) tem imposto ao país, e amplificada pela especulação com o preço do gasóleo, fruto da desastrosa opção, tomada por PS e PSD, de privatizar e liberalizar os preços neste sector estratégico, submetendo-o aos interesses da multiplicação dos lucros de grandes grupos capitalistas em prejuízo de tudo o resto.

Uma crise que ainda se agrava mais com o sufoco fiscal a que os PME são sujeitos (em contraste com as benesses para os grandes grupos económicos) e com as crescentes restrições ao crédito, a que recentemente se juntou o aumento e introdução de novas portagens com que o Governo brinda os concessionários de autoestradas.

Fruto desta crise, são hoje milhares os pequenos e médios industriais do sector que se encontram à beira da falência.

É justa a reivindicação de medidas concretas que invertam esta situação, tão justo como o protesto e a indignação contra este Governo (e quem o tem apoiado, o PSD).

Mas é inaceitável que a coberto desta realidade, os grupos económicos do sector estejam a reivindicar do Governo a alteração do Código do Trabalho para legalizar horários desumanos, baixar remunerações e intensificar a exploração. E isto num sector que há 13 anos não revê o salário contratual e onde a precariedade, o trabalho remunerado à viagem, ao quilometro e à tonelagem é já prática corrente. Nem o PCP, nem os motoristas (sejam trabalhadores por conta de outrem, sejam trabalhadores por conta própria) podem aceitar esta pretensão do grande patronato!

Aceitar este caminho seria aceitar que fossem novamente os trabalhadores a pagar as consequências de uma política desastrosa que, para multiplicar os lucros de um punhado de capitalistas e especuladores, está a destruir o nosso país!

Face ao anúncio de um acordo -que não combate as causas estruturais da actual crise no sector - entre as associações patronais e o Governo, que entre outras medidas de contida expressão, estabelece a criação de uma “comissão interministerial para adopção de regulamentação laboral específica para o sector do transporte público rodoviário de mercadorias”, o PCP alerta todos os trabalhadores motoristas (por conta própria ou de outrem) para um processo que visa cobrir o aumento dos preços dos combustíveis, das portagens e da carga fiscal, com o recurso ao agravamento da exploração dos trabalhadores.

E, da mesma forma que exige ao Governo medidas concretas face à crise no sector do transporte rodoviário de mercadorias - fixação de um preço máximo para os combustíveis, apoios específicos ao gasóleo para actividades produtivas, entre outras - o PCP afirma ao grande patronato e ao governo a sua total recusa de novas medidas que intensifiquem a exploração dos trabalhadores motoristas, e apela aos trabalhadores motoristas para se manterem vigilantes, reforçarem a sua organização de classe e responderem à exploração de que são vítimas com a sua luta.